



## TAILÂNDIA

**Signatário da Convenção da Haia de 29 de maio de 1993, relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional:** Sim

***Autoridade Central:***

Child Adoption Centre  
Department of Children and Youth  
Child Adoption Center  
Department of Children and Youth  
Ministry of Social Development and Human Security  
Centro para a Adoção de Crianças  
Departamento da Infância e Juventude  
Ministério do Desenvolvimento Social e da Segurança Humana

***Links de interesse:***

[www.adoption.dsdw.go.th](http://www.adoption.dsdw.go.th)

[https://assets.hcch.net/upload/wop/adop2015cp\\_th.pdf](https://assets.hcch.net/upload/wop/adop2015cp_th.pdf)

***Condições gerais***

É permitida a adoção por casais heterossexuais casados há pelo menos um ano e candidatas singulares femininas, neste caso, apenas crianças com necessidades especiais.

Os candidatos devem ter a idade mínima de 25 anos e a diferença de idades entre estes e a criança a adotar deve ser no mínimo de 15 anos. As candidaturas singulares e de candidatos com mais de dois filhos estão sujeitas à aceitação do Child Adoption Board.

Atualmente, é viável a transmissão de candidaturas à adoção de crianças residentes na Tailândia que tenham necessidades especiais, nomeadamente: problemas de saúde, desenvolvimento, deficiência, antecedentes familiares problemáticos ou saudáveis, porém, com mais de 4 anos.

Atendendo à manutenção da diminuição do número de crianças em situação de adotabilidade internacional, mas também a sua variabilidade, não é de momento possível prever o tempo de espera entre a aceitação de uma candidatura e a apresentação de uma proposta de adoção.

Está contemplada a preparação da criança para a adoção.

As crianças adotadas adquirem a nacionalidade dos pais.

***Documentos necessários para instrução da candidatura***

- Certificado de seleção para a adoção internacional
- Relatório de avaliação psicossocial
- Certificado de formação para a parentalidade adotiva
- Formulário de candidatura em modelo próprio
- Declaração de compromisso da entidade competente quanto ao acompanhamento da pré-



- adoção da criança
- Declaração de compromisso da entidade competente de que a criança pode entrar no país com vista à sua adoção
  - Declaração da entidade competente em como após a finalização da adoção, decretada na Tailândia, a mesma será legalizada de acordo com a lei do país de acolhimento
  - Certificado de registo criminal para efeitos de adoção, dos candidatos e de todos os coabitantes com mais de 16 anos de idade
  - Documento comprovativo do local da residência habitual
  - Atestado médico com referência à capacidade para o exercício da parentalidade adotiva
  - Declaração de rendimentos e outros bens (propriedades, depósitos bancários, planos de poupança, seguro de vida)
  - Documento emitido pela entidade patronal dos candidatos descrevendo a sua situação profissional
  - Certidão de nascimento dos candidatos, dos filhos e de outras crianças que com eles coabitem
  - Certidão de casamento, divórcio ou óbito do cônjuge, conforme o caso, dos candidatos
  - Documento comprovativo da regulação das responsabilidades parentais, se aplicável
  - Cópia de Cartão de cidadão ou Passaporte
  - Fotografias atualizadas dos candidatos, da residência e de familiares (especificamente, 4 fotografias 4,5x6 cm dos candidatos, filhos e casa)
  - Duas cartas de referência
  - Resumo biográfico

Todos os documentos deverão ser legalizados pela representação diplomática ou consular tailandesa em Portugal.

É exigida tradução para tailandês ou inglês e respetiva certificação.

O relatório dos candidatos deve ser atualizado cada dois anos.

### ***Características gerais do processo***

O processo é transmitido à Autoridade Central tailandesa pela Autoridade Central portuguesa.

Em caso de apresentação, aceitação e autorização de uma proposta de adoção, os candidatos deverão viajar para a Tailândia para conhecerem e trazerem a criança para Portugal. A estadia deverá ter a duração mínima de duas semanas.

Se aferida a viabilidade da prossecução do processo, os candidatos regressão com a criança, em situação de pré-adoção, com duração não inferior a seis meses, a acompanhar pelos serviços competentes.

Após a elaboração e transmissão de no mínimo 3 relatórios bimensais, com parecer favorável sobre a integração familiar da criança, a adoção é decretada na Tailândia através de uma decisão administrativa. Notificados da decisão, os candidatos devem registar a adoção junto da Embaixada tailandesa (ou presencialmente, na Tailândia).

Recebido o Certificado de conformidade da adoção com a Convenção da Haia, emitido pela Autoridade Central tailandesa, deve igualmente a adoção da criança ser registada de acordo com o procedimento nacional.



O acompanhamento da pós-adoção deve ser feito mediante a remessa à Autoridade Central tailandesa de relatórios quinquenais, a redigir pelos adotantes, até a criança atingir os 18 anos de idade.

Novembro/2022